

ANÁLISE & DADOS

ASPECTOS DO URBANO DE SALVADOR

Inovações Municipais em Tempos de Democratização e Crise: Novos Cenários da Gestão Urbana

Suzana Moura *

Este artigo traz uma reflexão sobre o processo de (re)valorização dos governos locais que se observa na realidade brasileira desde os anos 80, assim como na América Latina e em países de capitalismo avançado. Partindo do debate sobre o tema, procura-se indicar uma linha de abordagem que se dirige para a identificação e análise de movimentos inovadores na atuação dos governos municipais no Brasil. Evidencia-se com isso uma tendência de complexificação da gestão urbana.

Governo Local em Foco

A (re)valorização dos governos locais é um tema que vem provocando debates no meio acadêmico e entre atores sociais e políticos desde os anos 80, tendo como um dos elementos impulsionadores a onda de reformas de descentralização do Estado, instalada já na década de 70 em países da Europa (Inglaterra, França, Itália, Espanha) e, posteriormente, na América Latina (Chile, Colômbia, México, Peru, Bolívia, Brasil).

A feição assumida por esse processo de reformas guarda diferenças de país para país, mas o contexto é praticamente o mesmo. Na Europa, trata-se da crise do Estado do Bem Estar, o que por sua vez tem relação com a reestruturação que se passa na economia capitalista. Na América Latina, com algumas exceções, o contexto é também de redemocratização, assim como no caso da Espanha.

Pode-se dizer que esse conjunto de fa-

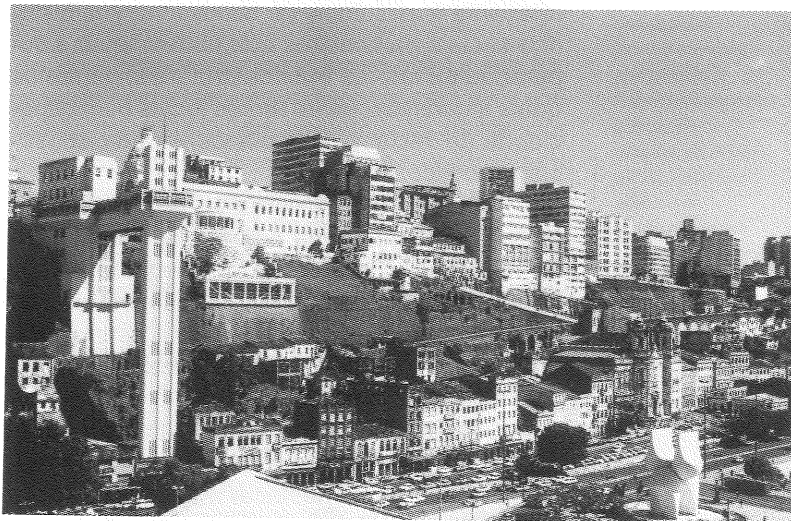


FOTO: ARISTIDES ALVES

tores condicionou os termos do debate levando a uma polarização entre duas posições ou vertentes de análise.

A primeira, chama a atenção para os "perigos" desse tipo de reforma. Prêteceille (1986), analisando o caso francês, observa a tendência ao incremento das desigualdades entre regiões e à fragmentação das demandas sociais, haja vista que os processos que os produzem não são locais, mas nacionais e transnacionais. Alguns autores latino-americanos (Coraggio 1988, Mattos 1989, Botero 1992), destacam a funcionalidade da descentralização, nesse contexto, ao projeto neoliberal.

ral no sentido da privatização, encolhimento do Estado e superação das barreiras postas pelos Estados Nacionais à transnacionalização da economia.

Seguindo essa linha de análise questiona-se a possibilidade de, a partir dos governos locais, obter-se mudanças em termos dos padrões de desenvolvimento, da qualidade de vida e de avanços democráticos, inclusive pelas estruturas de poder local, vistas, ainda, no caso da América Latina, como dominadas pelo "caudilhismo".

Já a segunda vertente vai no sentido de afirmar que as reformas descentralizadoras em direção aos governos locais assumem um potencial democratizador e/ou abrem possibilidades de construção de alternativas de desenvolvimento local, mesmo que se considere os efeitos perversos e a adequação ao neoliberalismo. Alguns autores (Massolo 1988, Arocena 1989, 1992, Pávia et Ospina 1992) consideram relevante a existência de condicionantes histórico-sociais particulares que podem levar à superação de fatores macroestruturais, dentre os quais a constituição de atores locais com capacidade de iniciativa nos planos econômico, social e político.

Dentro dessa vertente de análise expressa-se, ainda, uma posição de valorização do município como campo privilegiado para o aprendizado da democracia e reconstrução da política, dada a proximidade que a esfera local guarda dos cidadãos e das necessidades cotidianas (Pávia et Ospina, 1992).

Para fins do que se está tratando aqui não cabe um aprofundamento dos termos desse debate. Importa destacar dois aspectos tendo em vista a problemática da (re)valorização dos governos locais.

Primeiro: a questão levantada por alguns autores, quanto à tendência de aprofundamento das desigualdades entre regiões, assume relevância desde que se considere, por exemplo, o fenômeno da competitividade interurbana, que parece acentuar-se na atualidade, tendo nos governos locais atores importantes de articulação de forças e tomada de iniciativas no sentido de conseguir melhores posições no mercado mundial e nacional para o seu município ou região.

Desse modo, está colocado o aprofundamento dos contrastes entre ilhas de prosperidade que dispõem e potenciam suas vanta-

gens comparativas e municípios/regiões empobrecidas, os quais não têm o que ou como entrar nessa corrida. Isso, levando em conta, ainda, o afrouxamento dos mecanismos distributivos por parte dos Estados Nacionais. Mas, ao lado desse fenômeno, observa-se na realidade brasileira a ocorrência de processos de articulação intermunicipal que apontam em outra direção, indicando mais uma soma de esforços para o enfrentamento de problemas que são comuns, conforme será explicitado no próximo item.

Segundo: a crítica levantada por alguns autores, situados na primeira vertente, quanto à tendência de se associar descentralização/democracia, assim como município/potencial democratizador, encontra fundamentos na própria realidade. Por um lado, observa-se que reformas de descentralização do Estado ocorreram, inclusive, num quadro de regimes autoritários, a exemplo do Chile, respondendo a critérios geo-políticos e de uma economia neoliberal (Nunes, 1991:17). Por outro lado, investigações realizadas recentemente em países da América Latina (Nunes et alli 1991, Botero 1992) evidenciam que, mesmo com a instauração de processos eletivos municipais e a instituição de mecanismos de ampliação da participação popular, a tendência majoritária tem sido a permanência de forças políticas conservadoras na direção dos governos locais e a reprodução dos padrões tradicionais de gestão. No entanto, mesmo considerando esse predomínio do ponto de vista quantitativo a investigação de Nunes et alli (1991) e, principalmente, a observação da transição democrática no Brasil, mostram a existência de processos de inovações em nível local, que assumem relevância do ponto de vista qualitativo, conforme será explicitado adiante.

Estas considerações servem para indicar um caminho de abordagem que possibilite a apreensão do processo de (re)valorização dos governos locais em sua complexidade. Importa agora superar as limitações postas pela análise do significado das reformas de descentralização do Estado, que tende a afirmar estas como algo transformador ou a destacar as condicionantes e processos macroestruturais, desconsiderando a importância de se observar as especificidades e as direções distintas das hegemônicas tecidas em nível local e nacional. Nessa perspectiva levanta-se a necessidade

de se dirigir a investigação para aqueles processos que indicam mudanças de atuação e nos papéis dos governos locais, de modo a que seja possível captar orientações diversas dos padrões tradicionais, assim como das políticas neoliberais.

Inovações Municipais

Seguindo essa linha de abordagem, e tomando por referência a realidade brasileira, identifica-se um processo de inovações municipais a partir das experiências que vêm sendo conduzidas, principalmente, por governos democrático-progressistas, desde meados da década de 70, apontando mudanças qualitativas nas relações e práticas do governo local no Brasil. Estas, indicam rompimentos com alguns dos traços predominantes até então, dentre os quais: a dependência/subordinação às esferas federal e estadual; a relação de aproximação com o poder econômico e elites, via mecanismos informais e obscuros; e, em contrapartida, uma relação de distanciamento mesclado por ações de caráter paternalista e clientelista no que se refere às classes subalternas.

Para além dos fatores já citados, de ordem institucional e econômica, esse processo resulta da (re)emergência de novos atores sociais e políticos - movimentos sociais, organizações da sociedade civil, partidos - os quais possibilitam a produção e difusão de um ideário democrático, calcado nos direitos de cidadania e na ampliação da democracia (Moura, 1990), propugnando uma redefinição das relações Estado-Sociedade. O rebatimento desse ideário pode ser encontrado numa série de experiências que atingem desde pequenas cidades, de regiões tão distintas quanto o Sul e o Nordeste, até os grandes centros urbanos.

Não se dispõe de um inventário completo das diversas experiências já desenvolvidas e em andamento. Mas com base em relatos publicados e estudos já realizados¹, pode-se dizer que, mesmo com a tendência à descontinuidade, quando da mudança de governo, as experiências inovadoras tendem a se reproduzir, levando-se em conta que há uma difusão de idéias - pelos êxitos ou equívocos - e, portanto, uma retomada em outros lugares que apresentam um ambiente mais favorável.

A título de ilustração do que está se colocando destacam-se três aspectos desse pro-

cesso: o fortalecimento das finanças públicas locais; a (re)afirmação/ampliação dos espaços públicos; e a formação de redes intermunicipais.

Fortalecimento das finanças públicas

Estudo recente do Centro de Estudos de Políticas Públicas/RJ, divulgado em boletim de ABRASF², mostra que entre 89 e 92 - gestão dos prefeitos eleitos em 88 - houve uma expansão significativa dos recursos movimentados diretamente pelos municípios, elevando o peso relativo dos governos locais dentro do setor público - em termos de participação na receita e na despesa globais - e em relação à economia. Esse fato assume relevância por dois motivos.

Primeiro, esse é um período de aprofundamento da crise econômica e da política recessiva adotada pelo governo federal e, ao mesmo tempo, de propagação do ideário neoliberal.

Segundo, trata-se não só de um resultado da reforma tributária definida na Constituição, mas fundamentalmente, de acordo com o estudo, que "grandes avanços foram obtidos em termos de gestão financeira própria, seja pela elevação acentuada da arrecadação direta dos impostos e taxas de competência municipal, seja na busca de alternativas de receita, na valorização da administração de caixa e na racionalização do gasto" (CEPP/ABRASF, Mar/93:1)

Alguns dados daí destacados, são ilustrativos desse movimento:

- Entre 88 e 91, a arrecadação tributária própria dos municípios cresceu de 0,6% do PIB para 1,34%.
- O IPTU (um imposto direto passível de aplicação da progressividade) teve, no período, um crescimento de 39% ao ano, sendo responsável por cerca de 30% do aumento da arrecadação. Desde a implantação do sistema tributário nacional, em 67, nunca se cobrou tanto IPTU como em 91.
- O ISS também chegou em 90/91 ao ponto mais alto, desde que foi implantado em 67, obtendo um crescimento de 11% ao ano entre 88 e 91.
- Observou-se ainda, expansão nas taxas (30% ao ano), no Imposto de Renda retido na fonte pelas próprias prefeituras (aumento na massa salarial) e na cobrança de multas, juros de mora e da dívida ativa.

Esse tipo de investimento em direção ao incremento da arrecadação municipal, segundo o estudo, não se restringe às capitais nem

Identifica-se um processo de inovações municipais a partir das experiências que vêm sendo conduzidas, principalmente, por governos democrático-progressistas, desde meados da década de 70, apontando mudanças qualitativas nas relações e práticas do governo local no Brasil.

ao Sul/Sudeste, havendo, é certo, uma diferença de região para região: no Sudeste o peso maior fica com o IPTU; no Sul crescem a importância relativa às taxas; e no Nordeste os impostos indiretos (ISS e IVVC).

A mudança operada no perfil da arrecadação municipal nesse período é, certamente, resultado do esgotamento do padrão de financiamento das políticas públicas via governo federal, bem como do aumento das pressões sociais em nível local, diante do aprofundamento da crise econômica. Há, contudo, um outro fator a considerar, qual seja, a reprodução de uma política de ampliação da capacidade de ação municipal, já implementada nas primeiras experiências de governos democrático-progressistas no final dos anos 70 (76/82), a exemplo de Lages (SC) e Piracicaba (SP).

Desde essas experiências observa-se, em vários municípios, iniciativas de recuperação e ampliação da receita própria, como meio de aumentar a capacidade de investimento e de implementar uma política de distribuição de renda. Esta, se viabiliza com a aplicação da seletividade e progressividade na cobrança dos tributos municipais - orientada pela idéia de "quem tem mais paga mais" - conjugada à prioridade dada aos investimentos voltados à promoção da cidadania.

Desse modo, pode-se falar de um rompimento com os padrões tradicionais de gestão das finanças públicas em que, por exemplo, a cobrança de impostos e taxas é relegada em função de compromissos com o poder econômico e elites locais e/ou do receio de desgaste político advindo do ato de cobrar tributos. Ao mesmo tempo, esse tipo de política vem no sentido do rompimento com a relação de subordinação/dependência dos governos locais às esferas estadual e federal, assim como da afirmação da autonomia municipal.

Por outro lado, os dados aqui apresentados evidenciam um movimento que se contrapõe às idéias difundidas de esgotamento das fontes de financiamento públicas e de diminuição do Estado, através, entre outras, da redução da carga tributária. A ação dos governos locais visando o fortalecimento das finanças públicas indicam que há um espaço importante para, através do Estado, implementar políticas redistributivas e compensatórias das desigualdades sociais, sendo que a esfera local tem um papel a desempenhar.

(Re)afirmação/ampliação dos espaços públicos

A atuação dos governos locais democrático-progressistas tem sido marcada, também, por iniciativas de implementação de mecanismos e processos visando à democratização do planejamento e gestão, envolvendo a informação, negociação e/ou controle social, em diferentes níveis: desde assuntos específicos de um bairro ou serviço local, até aqueles de âmbito mais geral a exemplo do orçamento, do plano diretor, e das estratégias do desenvolvimento local.

A combinação de diferentes canais de interlocução com a sociedade e de participação - plenárias, fóruns, comissões e conselhos e representação - e a utilização de meios de democratização de informações, parecem indicar um movimento em dois sentidos complementares: de publicação da estrutura e políticas municipais; e de construção de novas esferas públicas de natureza sócio-governamental (ou sócio-estatal) para o tratamento de questões locais.

Enquanto nas primeiras experiências e, mesmo até o final dos anos 80, esses mecanismos e processos de democratização estavam mais voltados para os atores e segmentos populares, nos anos 90 observa-se a tendência de ampliação de tal postura para o conjunto da sociedade, inclusive os agentes econômicos, cuja relação no período anterior era marcadamente conflituosa. Tal mudança, além de representar uma ampliação em termos de espectro de atores e segmentos sociais, incide também, no próprio sentido da participação, que parece se tornar mais flexível e diversificada, variando da autogestão à negociação/cooperação³, sendo este último o sentido mais presente.

Essa mudança ou ampliação dos espaços públicos guarda relação com um conjunto de fatores: o amadurecimento, fruto do aprendizado com as experiências vividas, principalmente quando estas se situam em centros urbanos cuja complexidade da gestão pública local é bem maior que em municípios de pequeno porte, haja vista a diversidade de interesses e a maior interdependência com a iniciativa privada; o aprofundamento da crise econômica; e o refluxo dos movimentos sociais.

Cabe destacar que é dentro desse quadro que se observa uma tendência de extensão da pauta de atuação dos governos locais, situados em centros urbanos, em direção ao movimento da economia⁴, com iniciativas voltadas para garantir níveis de emprego e renda e, em determinados casos, visando novas estratégias de desenvolvimento local. São exemplos ilustrativos: as ações dirigidas à busca de alternativas à processos de demissão em massa de trabalhadores ou de privatização de empresas públicas⁵; e a constituição e implementação de alternativas aos efeitos da política recessiva e da crise econômica⁶.

A reafirmação e ampliação dos espaços públicos pode então ser percebida como um movimento em dois sentidos: aprofundamento da democratização das relações Estado-Sociedade; e extensão das áreas de atuação sócio-governamental. Por aí pode se falar em contratendências às idéias e políticas em voga de afirmação do privado e do mercado como a força propulsora do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, pode se falar em rompimento com os padrões tradicionais - os mecanismos informais e obscuros de acesso aos centros decisórios.

Formação de Redes Intermunicipais

No bojo do processo de fortalecimento dos governos locais observa-se ajuda a conformação de novas práticas de articulação entre municípios, nos planos regional e nacional, cujos exemplos mais expressivos são os consórcios e os fóruns de prefeitos e secretários de governo.

Com relação ao primeiro, toma-se como experiência modelo o consórcio do ABC (SP), criado em dezembro de 90⁷, muito embora tenha sofrido descontinuidade em função dos resultados das eleições de 92, desfavoráveis às forças democrático-progressistas.

De acordo com Pacheco (1992), este consórcio diferencia-se de outros que têm surgido em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Primeiro, pelos seus objetivos mais amplos: além da gestão ambiental, trabalha com outros problemas comuns, como por exemplo, aqueles decorrentes da crise econômica e da política recessiva, tendo por base as idéias de identidade regional, autonomia e fortalecimento local. Segundo, por ter surgido como iniciativa dos próprios municípios, o que o diferencia de outros consórcios incentivados pelos governos estaduais.

A estrutura de funcionamento do consórcio do ABC, expressa um tipo de articulação "por baixo" que envolve, não só as esferas políticas de governo, como o corpo técnico e a sociedade civil organizada. Ao lado do Conselho deliberativo - formado pelos prefeitos dos sete municípios integrantes - constituiu-se: um conselho fiscal, com representantes das Câmaras de Vereadores; um conselho consultivo, formado por entidades da sociedade civil (empresariais, de trabalhadores, ambientalistas); e uma equipe técnica enxuta, tendo por orientação o trabalho conjunto com os técnicos das prefeituras envolvidas.

Por outro lado, a agenda do consórcio é expressão da interdependência dos processos urbanos, assim como das novas pautas de atuação dos governos locais em direção ao movimento da economia e à questão ambiental. O problema da destinação e tratamento do lixo e proteção de mananciais e gerenciamento dos recursos hídricos; a garantia dos níveis de emprego e renda e as estratégias de desenvolvimento local/regional, foram questões tratadas no consórcio (Pacheco, 1992, 1993).

O caráter embrionário dessa experiência, pelo pouco tempo de funcionamento, impõe limites à análise de seu alcance, bem como dos padrões de planejamento e gestão urbana que ele aponta. Mas como indica Pacheco (1992) foi um "grande laboratório" para quem participou dele e, por isso, merece um estudo mais aprofundado, inclusive porque há outras experiências de consórcio e pela possibilidade de reprodução por conta de sua difusão e da existência de ambientes favoráveis à implementação desse tipo de experiência em outros lugares.

Quanto aos fóruns nacionais de prefeitos e secretários de governo, embora não se disponha ainda de uma sistematização dessas práticas, é possível levantar exemplos que ilustram as direções assumidas por esse tipo de articulação, que se dinamiza e ganha novos contornos a partir de 85. Isso, em função da retomada das eleições para prefeitos das capitais e do crescimento eleitoral das forças políticas democrático-progressistas, no que tange aos governos locais, entre outros fatores.

Ao lado do papel de aglutinadores de forças no sentido de pressionar o Estado central em prol de reivindicações comuns, esses fóruns têm se constituído como formuladores e difusores de políticas voltadas para a gestão

local e para a gestão nacional de problemáticas que se colocam para o conjunto dos municípios ou parcelas destes.

Um exemplo diz respeito à Associação dos secretários da Fazenda das capitais, a qual, de acordo com Amir Khair⁹, constitui-se num fórum importante para a difusão da política de fortalecimento das finanças públicas municipais, haja vista as iniciativas e resultados obtidos em praticamente, todas as capitais, guardadas as diferenças (ver item 2.1).

Um outro exemplo refere-se à problemática do transporte coletivo. A partir da reunião do fórum de prefeitos das capitais, realizada em Salvador em maio/93, se tomou uma série de medidas visando, por um lado, uma orientação comum para a gestão local (um parâmetro para o reajuste da tarifa com a fixação do período) e, por outro, a formulação e implementação de uma política nacional para o setor, envolvendo o governo federal.

Na mesma linha situa-se a Associação Nacional dos Municípios Portuários que, sob a presidência da prefeita de Santos (89/92), desenvolveu uma série de ações visando à formulação de uma política de modernização dos portos, alternativa a um projeto de desregulamentação que tramitava no Congresso Nacional. Tais ações, assim como a proposta elaborada, envolveram a "articulação das forças que atuam nos portos: trabalhadores, empresários e o próprio poder público nas três dimensões, municípios, estado e união" (Souza, 1991:20).

Esses três exemplos, assim como o do consórcio do ABC, são indicativos de que a (re)valorização dos governos locais no Brasil, antes de representar um incremento da competitividade interurbana - em que apenas cidades/regiões ricas ganham, disputando vantagens no mercado mundial - apresenta um movimento de formação de redes de cooperação intermunicipal que parecem incidir tanto na difusão de práticas inovadoras de gestão local, como em problemáticas que extrapolam esse âmbito.

Por outro lado, essas práticas vêm questionar os padrões tradicionais de subordinação/dependência dos municípios às esferas federal e estadual - relação marcada pelo clientelismo e fisiologismo - produzindo, também aí, uma nova cultura política. Ainda nessa perspectiva parece que se dá um passo adiante com relação ao tipo de estrutura de planeja-

mento regional e nacional, conformada no período do regime militar, cuja feição tecnocrática e centralizada já mostrou os seus limites. Novas formas de planejamento e gestão urbana tendem a ser gestadas com a formação de redes intermunicipais, envolvendo uma articulação "por baixo", de caráter sócio-governamental e técnico, conjugada às estruturas e ações "por cima".

Complexidade da Gestão Urbana

A (re)valorização dos governos locais, que se insere num quadro de crises e redefinições do Estado e da economia capitalista, encontra no Brasil um processo de inovações municipais que se apresenta como contratendência às idéias e políticas neoliberais e aos padrões tradicionais de gestão pública. O fortalecimento das finanças locais, a ampliação de espaços públicos de feição sócio-governamental e a constituição de redes intermunicipais, são traços desse processo

Pode-se falar de um cenário de fortalecimento e redefinição de papéis dos governos locais e, ao mesmo tempo, de complexificação da gestão urbana.

- Não se trata apenas de enfrentar as problemáticas de regulamentação e uso do solo e de provisão/manutenção de bens e serviços urbanos e, ainda, como uma agência do Estado Central, conforme estava colocado anteriormente. A essas questões aliam-se outras duas fundamentais: a busca de fontes de financiamento que, embora longe de se resolver no local, tem aí um campo a ser consolidado e explorado; e a ampliação da pauta de atuação em direção ao movimento da economia, da problemática ambiental, entre outras.
- Os diversos interesses e atores presentes na sociedade local não estão apenas pressionando de fora o governo ou utilizando-se de mecanismos informais e obscuros de acesso aos centros decisórios. Também passam a disputar/cooperar em novos espaços públicos negociadores e formuladores de políticas e programas sócio-governamentais.
- Não se trata apenas de uma gestão local que corre paralelamente e/ou de acordo com diretrizes e políticas definidas em outras esferas, de modo verticalizado, mas que se articula horizontalmente nos âmbi-

tos regional e nacional.

As três direções assinaladas mostram a relevância que assume o processo de inovações municipais - visto como uma expressão da (re)valorização dos governos locais no Brasil - para a análise do planejamento e gestão urbana no contexto atual e, ao mesmo tempo, indicam que há um importante campo de investigação a ser explorado.

Do ponto de vista metodológico procurou-se evidenciar um caminho de abordagem que visa superar a dicotomia global/local ou macroprocessos estruturais/processos locais, visando à apreensão de movimentos diversos, cujo palco pode ser o mesmo, mas em que os atores e cenários se distinguem.

Notas

- Hermann Neto (1984, 1985), uma coletânea de relatos de experiências, dentre as quais, Lages (SC), Piracicaba (SP) e Boa Esperança (ES), FASE (1990, 1992), dentre as experiências analisadas, situa-se Porto Alegre, São Paulo, Vitória, Icapuí (CE), Janduí (RN), São José do Triunfo (PR), Ronda Alta (RS); Azevedo (1991); Prefeitura Municipal de Santo André (1992); Campos (1992); Bitar (1992); Moura (1989, 1992); Davidovich (1993); Ribeiro e Simon (1993); Fischer et alii (1988); Pinto (1989).
- Associação Brasileira de Secretários das Finanças dos Municípios das Capitais. Dados extraídos dos boletins n. 12, março/93 e n. 13 abril/93.
- Observam-se experiências diferenciadas: desde os mutirões habitacionais autogestionários de São Paulo (89/92); passando por processos de participação que incidem sobre as decisões e controle dos investimentos municipais, caso de Porto Alegre (89/...); até os processos de negociação e cooperação em torno de alternativas para manter os níveis de emprego e renda municipais, bem como de novas estratégias de desenvolvimento, a exemplo de Porto Alegre (89/...) e Santo André (89/92).
- Iniciativas inovadoras no campo econômico podem ser encontradas desde as primeiras experiências, como a de Lages (SC) e Boa Esperança (ES). No entanto, estas se desenvolviam basicamente em pequenos municípios, onde é relevante a problemática dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Já nos centros colocava-se fundamentalmente a questão do controle e uso do solo e da provisão de bens e serviços. A ampliação na direção do emprego/renda e desenvolvimento econômico é uma tendência recente (Pacheco, 1993).
- São exemplos desse tipo de iniciativa desenvolvida entre 1989 e 1992: Santos (SP), diante da ameaça de demissão do Porto, Angra dos Reis (RJ) no processo de reabertura do Estaleiro Verolme e Ipatinga (MG) com o processo de privatização da Usiminas. Nos três exemplos, as atividades citadas possuem importância central nos municípios, em termos da geração de emprego e de renda, repercutindo no conjunto da

atividade econômica do município e da região.

- Iniciativas nesse sentido foram tomadas em Porto Alegre e Sto. André, ambas em 1991, com a constituição de Fóruns envolvendo o governo local e organizações da sociedade civil.
- Ver Pacheco (1993). Outras informações foram obtidas através da palestra proferida pela autora no V Colóquio sobre Poder Local, realizado em dezembro/93, em Salvador-Ba.
- Palestra proferida no Seminário sobre finanças locais e regionais, realizado em julho/93, em Salvador-Ba.

Referências Bibliográficas

- AROCENA, José. Descentralización e Iniciativa, una Discusión Necesária. Cuadernos del CLAHE, Montevideo, CLAHE, (51): 43-56, 1989
- BITTAR, Jorge (org.). O Modo Petista de Governar. São Paulo, cadernos de Teoria e Debates, 1992.
- BOTERO, Dário. Descentralización y Neo-liberalismo: Balance de un Proceso. Bogotá, Fondo Editorial, OEIR, 1992.
- CACCIA BAVA, Sílvia. Trocando a Riqueza de Mãos: Distribuição de Renda e Poder nas Pequenas Cidades. Revista Proposta, Rio de Janeiro, FASE (54): 12-15, 1992.
- CAMPOS, Edson. Longe das Capitais. Teoria e Debate, São Paulo, Partido dos Trabalhadores (18): 7-15, out/dez 1992.
- CORAGGIO, José Luís. Poder Local, Poder Popular. Cuadernos del CLAHE. Montevideo, CLAHE, (43/46): 101-120, 1988.
- DAVIDOVICH, Fany. Poder Local e Município: Algumas Considerações. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.27: 5-14 Jan-mar 1993.
- FASE (AA). Administrações Populares. Revista Proposta, Rio de Janeiro. FASE n. 45 1990.
- Democratizando a Cidade. Revista Proposta, Rio de Janeiro, FASE, n. 54, 1992.
- FISCHER, Tânia et alii. Descentralização e Participação Popular na Administração Municipal. Relatório de Pesquisa, Salvador. Núcleo de Pós-Graduação em Administração/UFBA, 1988.
- HERRMANN NETO, João (org.). Democracia Feita em Casa. Brasília, Câmara dos Deputados/Coordenação de Publicações, V.1 e 2 1984, 1985.
- MASSOLO, Alejandra. Em Direção S Bases: Descentralização e Município. Espaço e Debates, São Paulo, NERU, (24): 40-54, 1988.
- MATTOS, Carlos. La Descentralización: una Nueva Pancea Para Impulsar el Desarrollo Local? Cuadernos del CLAHE, Montevideo, CLAHE, (51): 57-75, 1989.
- MOURA, Suzana. Limites participação Popular na Gestão da Cidade: A Experiência do Projeto de Lei dos Conselhos Populares Em Porto Alegre. Dissertação de mestrado, PROPUR/UFRGS. Porto Alegre 1989.
- Governo Local e Participação Popular: Ideário e Prática. Veracidade, Salvador, Centro de Planejamento Municipal, (13): 42-48, 1992.
- NUNES, Edson. El Gobierno de las Ciudades de Tamaño Medio en Brasil: los Casos de Marília Y Piracicaba. Municipio Y Democracia: Gobiernos Locales En Ciudades Intermedias De América Latina. Santiago, Ediciones SUR. pp. 85-111, 1991.

PACHECO, Regina. Iniciativa Econômica Local: a Experiência do ABC. Fingerhann, Henrique (org). Parceria Público-privado. Vol. 2, São Paulo, Summus editorial 1993.

PAVIA, Pilar et OSPINA, Carlos. Poder Local: Realidade y Utopia de la Descentralización en Colombia, Bogotá,

Terceiro Mundo Editores, 1992.

PINTO, Valeska. A Vitrine Do ABC. Teoria e Debate, São Paulo. Partido dos Trabalhadores (3): 11-15, 1989.

SOUZA, Telma. Prefeitura de Resultados. Azevedo, Ricardo (ent.). Teoria e Debate, Partido dos Trabalhadores (16) 18-24 out/dez 1991.

* Pesquisadora do CNPQ de DCR e aluna do Curso de Doutorado em Administração Pública do Núcleo de Pós-Graduação em Administração - EA/UFBA

Publicações do CEI

- **Perfil do Estado da Bahia** (1991)
- **Bahia Análise & Dados** (1991/92)
 1. A Questão Social - v.1, n.2
 2. Retrospectiva 1991 e Perspectivas - v.1, n.3
 3. Gestão Pública e Cidadania - v.1, n.4
 4. Agricultura - v.2, n.1
 5. Desenvolvimento Regional - v.2, n.2
 6. Retrospectiva 1992 e Perspectivas - v.2, n.3
 7. Turismo - v.2, n.4
- **Manual de Editoração** (1991)
- **Riscos de Seca na Bahia** (1991)
- **15 Anos de IPC/Salvador** (1992)
- **Solo e Capacidade do Uso da Terra**
Bacia Superior do Rio de Contas – Folha de Caetitê (1992)
- **Uso Atual das Terras**
M. Direita da Bacia do R.S. Francisco
- **Informações Municipais** (1992)
 - Extremo Sul - v.1
 - Oeste - v.2
 - Baixo Médio São Francisco - v.3
 - Médio São Francisco - v.4
- **Indicadores Sociais** (1992)
- **Qualidade Ambiental**
Recôncavo e Regiões Limitrofes
- **Perfis Regionais - Extremo Sul**
- **PIB**
- **A Questão do Idoso na Bahia**
- **Mapas**
 - Regiões Administrativas
 - Uso Atual da Terra – Região Oeste
 - Hipsométrico do Estado da Bahia
 - Divisão Político-Administrativa